

AUDITORIA AO RELATO DE SUSTENTABILIDADE E ISSA 5000: PERCEÇÃO DE AUDITORES EM PORTUGAL E BRASIL

JULIANA DO VALE SILVA,¹ MÓNICA D'OREY^{*2}

¹Faculdade de Ciências Empresariais do Porto (FCEP), Universidade Técnica do Porto (UTP), Porto, Portugal

²Faculdade de Ciências Empresariais do Porto (FCEP), Universidade Técnica do Porto (UTP), Porto, GOVCOPP, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

*orey@iscap.ipp.ptt

RESUMO

A crescente relevância da sustentabilidade no contexto empresarial internacional, impulsionada pelo reforço dos quadros normativos de relato e pela convergência regulatória, tem intensificado as exigências de transparência, comparabilidade e fiabilidade do relato de sustentabilidade. Neste enquadramento, destacam-se, no contexto europeu, a entrada em vigor da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e dos *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS), bem como, a nível global, a adoção das *International Financial Reporting Standards* IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Paralelamente, a publicação da *International Standard on Sustainability Assurance* 5000 (ISSA 5000), pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), constitui um marco regulatório relevante, ao estabelecer um referencial harmonizado para a prestação de serviços de garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade. O presente estudo analisa a perceção dos auditores sobre a aplicabilidade da ISSA 5000 na auditoria ao relato de sustentabilidade, com base numa metodologia qualitativa assente em entrevistas semiestruturadas realizadas a oito profissionais de auditoria em Portugal e no Brasil. Os resultados evidenciam que a ISSA 5000 é percecionada como um instrumento relevante para reforçar a credibilidade da informação de sustentabilidade, embora persistam desafios associados à qualidade dos dados *Environmental, Social and Governance* (ESG), à maturidade dos sistemas de reporte, à formação técnica e à integração com a auditoria financeira. Observam-se, ainda, diferenças contextuais entre Portugal e Brasil relativamente às prioridades e aos constrangimentos associados à implementação da norma. O estudo contribui para a literatura e para a prática profissional ao evidenciar o papel da ISSA 5000 na credibilização do relato de sustentabilidade e no reforço da transparência e da confiança dos *stakeholders*, num contexto de pré-implementação.

Palavras-chave: ISSA 5000; Auditoria ao Relato de Sustentabilidade; CSRD; ESRS; ESG.

AUDITING SUSTAINABILITY REPORTS AND ISSA 5000: AUDITORS' PERCEPTIONS IN PORTUGAL AND BRAZIL

The growing importance of sustainability in the international business context, driven by the strengthening of reporting frameworks and increasing regulatory convergence, has intensified the demands for transparency, comparability, and reliability in sustainability reporting. In this context, the entry

into force of the Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) and the European Sustainability Reporting Standards (ESRS) in Europe, as well as the adoption of International Financial Reporting Standards IFRS S1 and S2, issued by the International Sustainability Standards Board (ISSB) at the global level, are particularly noteworthy. At the same time, the publication of the International Standard on Sustainability Assurance 5000 (ISSA 5000) by the International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) is a significant regulatory milestone, establishing a harmonised framework for the provision of assurance services on sustainability reporting. This study analyses auditors' perceptions of the applicability of ISSA 5000 in auditing sustainability reporting, based on a qualitative methodology using semi-structured interviews with eight audit professionals in Portugal and Brazil. The results show that ISSA 5000 is perceived as a relevant tool for enhancing the credibility of sustainability information. However, challenges remain regarding the quality of Environmental, Social and Governance (ESG) data, the maturity of reporting systems, technical training, and integration with financial auditing, highlighting contextual differences between Portugal and Brazil in terms of implementation priorities and constraints. The study contributes to the literature and professional practice by highlighting the role of ISSA 5000 in enhancing the credibility of sustainability reporting and strengthening transparency and stakeholder confidence in a pre-implementation context.

Keywords: ISSA 5000; Sustainability Reporting Assurance; CSRD; ESRS; ESG.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sustentabilidade assumiu um papel central no contexto empresarial e regulatório, refletindo uma crescente consciencialização global para a integração de fatores ESG nos modelos de negócio e nos processos de tomada de decisão, impulsionada pelas exigências de transparência por parte de investidores, reguladores e demais *stakeholders* (Blinova et al., 2022).

Neste enquadramento, o reporte de sustentabilidade evoluiu de uma prática voluntária e marginal para se afirmar como uma obrigação regulatória em diversos contextos jurisdicionais. Na União Europeia (UE), a entrada em vigor da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e a aplicação dos *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) representam um marco decisivo na harmonização e no reforço da qualidade do relato de sustentabilidade, aproximando-o, em termos de rigor e exigência, ao relato financeiro (Torres, 2025).

Paralelamente ao crescimento do reporte de sustentabilidade, têm-se evidenciado limitações estruturais associadas à qualidade da informação divulgada, nomeadamente à heterogeneidade de métricas, à subjetividade na determinação da materialidade, incluindo o conceito de dupla materialidade, à insuficiente maturidade dos sistemas de informação e ao risco de práticas de *greenwashing* (Hileman, 2023; Maio, 2024; Bubo, 2025). Estas fragilidades reforçam a importância da auditoria e dos serviços de garantia de fiabilidade como instrumentos fundamentais para mitigar riscos de distorção informativa e fortalecer a confiança dos *stakeholders* nos relatórios de sustentabilidade.

Neste enquadramento, a *International Standard on Sustainability Assurance 5000* (ISSA 5000), publicada pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) em 2024, surge como resposta à necessidade de um referencial global e consistente para a garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade, sendo aplicável a diferentes referenciais, como a CSRD, as ESRS, as normas IFRS S1 e IFRS S2 e os *Global Reporting Initiative* (GRI) Standards, entre outros. A norma pretende colmatar lacunas existentes nos normativos anteriores, nomeadamente no que respeita à definição de princípios, responsabilidades do auditor, abordagem à materialidade e integração entre auditoria financeira e auditoria ao relato de sustentabilidade (IAASB, 2025a; Venter & Krasodomska, 2024).

Mais do que uma norma técnica, a ISSA 5000 representa um potencial fator de transformação da prática da auditoria, ao exigir competências multidisciplinares, maior articulação entre equipas e uma abordagem mais abrangente à avaliação de riscos e impactos ESG (Hecimovic, 2026). A sua futura implementação levanta, contudo, desafios relevantes para a profissão, incluindo a necessidade de formação especializada, o desenvolvimento de metodologias adequadas e a adaptação dos processos de auditoria a um contexto caracterizado por informação não financeira complexa, qualitativa e frequentemente baseada em estimativas.

Apesar da crescente relevância da ISSA 5000 no debate académico e profissional, a literatura existente concentra-se predominantemente em análises normativas e conceptuais, sendo ainda escassos os estudos empíricos que exploram as perceções dos auditores relativamente à sua aplicabilidade prática, especialmente no período de pré-implementação da norma. Este vazio na literatura é particularmente evidente no que respeita à análise comparativa entre diferentes contextos nacionais que, embora partilhem uma base normativa comum em auditoria, apresentam distintos enquadramentos regulatórios e níveis de maturidade no reporte de sustentabilidade.

Neste contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a perceção dos auditores em Portugal e no Brasil sobre os desafios e benefícios associados à implementação da ISSA 5000 na auditoria ao relato de sustentabilidade, orientando-se pela questão central de investigação: “De que forma os auditores em Portugal e no Brasil percebem a aplicabilidade da norma ISSA 5000 no âmbito da auditoria ao relato de sustentabilidade?”. Ao abordar esta questão, o estudo pretende contribuir para o conhecimento académico e profissional sobre a preparação do setor da auditoria para uma mudança normativa que se antevê estruturante para o futuro da garantia de fiabilidade da informação de sustentabilidade. A escolha destes dois países justifica-se pela partilha de referenciais internacionais de auditoria, bem como pela inexistência de barreiras linguísticas, permitindo uma análise comparativa mais consistente e aprofundada.

Num cenário global marcado pela crescente integração de fatores ESG nas estratégias corporativas e regulatórias, a garantia de fiabilidade dos relatórios de sustentabilidade

assume um nível de exigência comparável ao do reporte financeiro, reforçando a relevância de referenciais como a ISSA 5000 na mitigação de riscos e no fortalecimento da confiança dos *stakeholders* (Delgado Sánchez et al., 2026).

O presente estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: após esta introdução, a segunda secção apresenta a revisão da literatura relevante sobre reporte de sustentabilidade; a terceira secção descreve a metodologia adotada; na quarta secção são apresentados e discutidos os principais resultados organizados em torno das dimensões temáticas emergentes das entrevistas; por fim, a quinta secção apresenta as conclusões, limitações de investigação e sugestões para futuras linhas de investigação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Sustentabilidade e reporte ESG

A sustentabilidade consolidou-se como um elemento central da governação corporativa contemporânea, refletindo a integração crescente de fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) nos modelos de negócio e nos processos de decisão estratégica. Esta evolução decorre da pressão exercida por investidores, reguladores e demais *stakeholders*, que passaram a exigir maior transparência e responsabilização relativamente aos impactos das atividades empresariais ao longo da cadeia de valor (García-Sánchez et al., 2019; Fua-dah et al., 2022).

Neste contexto, o reporte de sustentabilidade tem conhecido um processo gradual de consolidação. Inicialmente marcado por divulgações voluntárias, pouco padronizadas e predominantemente qualitativas, o relato não financeiro ganhou maior estrutura a partir da década de 1990, com o surgimento de referenciais internacionais como a *Global Reporting Initiative* (GRI) (Lai & Stacchezzini, 2021). Posteriormente, assistiu-se a uma progressiva integração da informação ESG nos relatórios corporativos, acompanhada por um aumento da abrangência temática e da relevância estratégica do reporte. Mais recentemente, a introdução de enquadramentos normativos de carácter obrigatório reforçou o papel do reporte de sustentabilidade como elemento central da prestação de contas empresarial.

Apesar desta evolução, a informação ESG continua a caracterizar-se por um elevado grau de complexidade, resultante da necessidade de agregar dados provenientes de fontes diversas e de articular dimensões simultaneamente quantitativas e qualitativas, o que dificulta a sua harmonização. A natureza transversal destes indicadores exige uma coordenação eficaz entre diferentes áreas organizacionais, como ambiente, contabilidade, jurídico e recursos humanos. A inexistência de critérios claros e uniformes, associada a limitações na articulação interna, pode conduzir a práticas de divulgação inconsistentes, comprometendo a fiabilidade e a transparência da informação de sustentabilidade (Kolk & Van Tulder, 2010; Buboi, 2025; Aguilera & Ruiz Castillo, 2025; Amaranaydia & Putri, 2023).

A literatura identifica, assim, limitações persistentes no reporte ESG, nomeadamente a heterogeneidade de métricas, a dificuldade de comparabilidade entre entidades, a subjetividade associada à avaliação da materialidade, incluindo a dupla materialidade, e a qualidade desigual dos dados reportados (Amel-Zadeh & Serafeim, 2018; Hileman, 2023; Maio, 2024; Buboi, 2025). Acrescem a fragilidade dos sistemas de controlo interno e a dependência de estimativas e informação qualitativa, o que aumenta o risco de erros, omissões e práticas de *greenwashing* (PwC Brasil, 2024; KPMG, 2025; IAASB, 2025b). Estas limitações comprometem a fiabilidade e a utilidade da informação divulgada, reforçando a necessidade de mecanismos de garantia externa de fiabilidade.

2.2 Enquadramento normativo e necessidade de garantia externa de fiabilidade

A literatura tem vindo a evidenciar limitações significativas na fiabilidade da informação ESG produzida internamente pelas organizações. De acordo com Buboi (2025), a ausência de sistemas integrados de tecnologia de informação e de procedimentos de auditoria robustos aumenta a probabilidade de erros, omissões e manipulação dos dados, dificultando o processo de reporte. Neste contexto, o *greenwashing* surge como um dos principais desafios do relato de sustentabilidade, traduzindo-se na divulgação seletiva de informação favorável para reforçar a imagem de sustentabilidade das empresas (Chopra et al., 2024; Wan & Li, 2025; KPMG, 2023). Paralelamente, a crescente pressão para demonstrar compromissos ambientais e sociais tem conduzido, em alguns casos, a práticas de *greenhushing*, nas quais as empresas optam por omitir informação para evitar críticas ou escrutínio público (KPMG, 2023).

Perante estes riscos, a garantia externa de fiabilidade independente tem vindo a afirmar-se como um mecanismo essencial para mitigar riscos de divulgação seletiva e reforçar a credibilidade do relato de sustentabilidade (Friede et al., 2015; Lai & Stacchezzini, 2021; Pizzi et al., 2024; Delgado Sánchez et al., 2026). Contudo, a auditoria ao relato de sustentabilidade coloca desafios específicos quando comparada com a auditoria financeira, em virtude da natureza prospetiva, qualitativa e multidimensional da informação ESG, que exige elevados níveis de julgamento profissional e competências técnicas especializadas (Al-Shaer, 2020).

Estes desafios são agravados pela complexidade do enquadramento normativo do reporte de sustentabilidade, marcado pela coexistência de diferentes referenciais com objetivos distintos. A GRI adota uma abordagem orientada para um conjunto alargado de *stakeholders*, centrando-se nos impactos económicos, ambientais e sociais das organizações. As normas IFRS S1 e IFRS S2, desenvolvidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), privilegiam uma perspetiva centrada nos investidores, incidindo sobre riscos e oportunidades de sustentabilidade financeiramente relevantes (Gaviria et al., 2023). Por sua vez, as ESRS introduzem, no contexto europeu, um modelo normativo obrigatório,

assente no conceito de dupla materialidade e numa estrutura detalhada de divulgações transversais e temáticas (Torres, 2025). Contudo, a evidência empírica revela uma aplicação ainda heterogênea deste conceito, com diferentes níveis de maturidade entre as entidades reportantes, nomeadamente no que respeita ao envolvimento efetivo de *stakeholders* externos no processo de avaliação da dupla materialidade (PwC, 2025).

Na UE, a entrada em vigor da CSRD representa um marco relevante, ao tornar obrigatória, para as entidades abrangidas, a divulgação de informação de sustentabilidade e ao exigir a sua sujeição a garantia de fiabilidade externa e independente, inicialmente assente num nível de garantia limitada, com o objetivo de reforçar a credibilidade, a fiabilidade e o controlo da informação divulgada. Embora a diretiva previsse originalmente a possibilidade de evolução para um nível de garantia razoável, essa trajetória começou a ser revista no âmbito do Pacote Omnibus apresentado pela Comissão Europeia em 2025, visando um maior equilíbrio entre a fiabilidade do relato de sustentabilidade e a redução dos encargos administrativos e operacionais para as entidades reportantes, em particular para as de menor dimensão (Torres, 2025).

Esta orientação foi posteriormente concretizada pela Diretiva (UE) 2026/470, que restringiu significativamente o âmbito de aplicação da CSRD e eliminou a evolução obrigatória para um nível de garantia razoável, mantendo a exigência de garantia limitada para as entidades abrangidas (European Parliament & Council of the European Union, 2026). Paralelamente, a revisão dos ESRS adotada pela Comissão Europeia em julho de 2026 introduziu uma simplificação substancial dos requisitos de reporte, designadamente através da redução do número de datapoints obrigatórios e de uma maior flexibilidade na aplicação dos requisitos de materialidade, reforçando a orientação europeia para a simplificação do reporte sem abandonar os objetivos de transparência e qualidade da informação de sustentabilidade (European Commission, 2026).

No Brasil, o enquadramento normativo do reporte de sustentabilidade tem igualmente evoluído de forma acelerada, impulsionado pela integração dos padrões internacionais emitidos pelo ISSB. Esta evolução tem promovido uma crescente padronização do reporte e um maior alinhamento com as exigências globais de transparência, comparabilidade e fiabilidade da informação de sustentabilidade (CVM, 2023; PwC Brasil, 2024; Deloitte, 2024). Nos termos do enquadramento inicialmente estabelecido pela Resolução CVM n.º 193/2023, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas com a sustentabilidade eram facultativas para os exercícios iniciados em 2024 e 2025, estando prevista a sua obrigatoriedade para as companhias abertas a partir dos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2026 (CVM, 2023; PwC Brasil, 2024; Deloitte, 2024).

Contudo, este regime foi posteriormente alterado pela Resolução CVM n.º 244/2026, que revogou a obrigatoriedade anteriormente prevista e manteve a adoção numa base voluntária. As entidades que optem pela elaboração e divulgação destas informações devem

observar as normas emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), convergentes com os padrões do ISSB, declarar expressamente a respetiva conformidade e manter a divulgação por um período mínimo de três exercícios sociais consecutivos (CVM, 2026a). A partir de 1 de janeiro de 2027, as companhias abertas que optem por não divulgar este relatório deverão ainda justificar publicamente essa decisão mediante comunicado ao mercado (CVM, 2026a).

Adicionalmente, mantém-se a exigência de verificação externa da informação de sustentabilidade divulgada ao abrigo deste regime, sendo exigido um nível de garantia limitada para as informações relativas ao exercício de 2025 e garantia razoável, prestada por auditor independente registado na CVM, para as informações relativas a exercícios sociais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026 (CVM, 2026b).

2.3 Auditoria ao relato de sustentabilidade e diferenças face à auditoria financeira

A literatura evidencia que práticas consistentes de auditoria ao relato de sustentabilidade podem gerar efeitos positivos na qualidade da informação financeira. Al-Shaer (2020) demonstra que uma maior qualidade no relato de sustentabilidade está associada a informação financeira mais fiável após a auditoria, sugerindo que práticas consistentes de auditoria ao relato de sustentabilidade reforçam os mecanismos de controlo e governação corporativa.

Contudo, a auditoria ao relato de sustentabilidade apresenta especificidades relevantes quando comparada com a auditoria financeira. Enquanto esta incide maioritariamente sobre dados quantitativos, históricos e normalizados, a auditoria ao relato de sustentabilidade envolve informação qualitativa e quantitativa, frequentemente baseada em estimativas, juízos de valor e dados provenientes de múltiplas fontes. Esta especificidade aumenta o grau de subjetividade e o risco inerente aos trabalhos de garantia de fiabilidade.

Neste contexto, o papel dos auditores assume particular relevância na mitigação de riscos de distorção informativa e na prevenção de práticas de *greenwashing*. A garantia externa independente contribui para reforçar a credibilidade do reporte ESG e a confiança dos *stakeholders* (Pizzi et al., 2024). Todavia, estes trabalhos colocam desafios significativos, nomeadamente ao nível da independência, da avaliação da materialidade, da integração com a auditoria financeira e da necessidade de competências técnicas especializadas, exigindo equipas multidisciplinares, formação específica em matérias ESG e abordagens metodológicas ajustadas à complexidade da informação não financeira (Hecimovic, 2026).

2.4 ISSA 5000: norma internacional para auditoria ao relato de sustentabilidade

A ISSA 5000, desenvolvida pelo IAASB, surge como resposta à necessidade de um referencial global para a garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade. A norma aplica-se a trabalhos de garantia de fiabilidade razoável e limitada sobre informação ESG

e caracteriza-se por uma abordagem flexível e independente do referencial de relato adotado, podendo ser utilizada na auditoria de relatórios preparados com base em diferentes *frameworks* de sustentabilidade, incluindo normas internacionais, europeias ou critérios internos das organizações (IAASB, 2025b).

Os objetivos da ISSA 5000 centram-se no reforço da qualidade, consistência e credibilidade dos trabalhos de garantia de fiabilidade, através da clarificação das responsabilidades do auditor e da promoção de uma abordagem baseada no risco e na materialidade. Neste sentido, a norma estabelece orientações específicas para a auditoria da informação de sustentabilidade, atendendo à crescente complexidade dos temas ESG e reforçando a articulação entre a auditoria financeira e a auditoria ao relato de sustentabilidade.

Entre os conceitos-chave introduzidos pela ISSA 5000 destacam-se a compreensão do contexto da entidade e da respetiva cadeia de valor, a avaliação da materialidade, incluindo a dupla materialidade, a obtenção de evidência apropriada e suficiente e a importância de equipas multidisciplinares. Comparativamente à *International Standard on Assurance Engagements* 3000 (ISAE 3000), a ISSA 5000 apresenta uma abordagem mais específica e alinhada com os desafios do reporte de sustentabilidade, oferecendo orientações mais detalhadas e adequadas à natureza da informação ESG (IAASB, 2025b).

A literatura reconhece o potencial transformador da ISSA 5000 para a auditoria ao relato de sustentabilidade, mas alerta igualmente para os desafios relevantes associados à sua implementação. Entre estes destacam-se os custos de adaptação, a maturidade desigual dos sistemas de reporte, as limitações na fiabilidade dos dados ESG, bem como a necessidade de formação técnica especializada (Aureli et al., 2020; Venter & Krasodomska, 2024; KPMG, 2025). Ainda assim, a ISSA 5000 é amplamente percebida como um instrumento transformador da auditoria ao relato de sustentabilidade, com potencial para reforçar a confiança dos *stakeholders* e consolidar a credibilidade da informação não financeira.

Entre as principais mais-valias da ISSA 5000 destacam-se a sua ampla aplicabilidade, uma vez que abrange todos os tópicos de sustentabilidade e é compatível com diferentes estruturas de relato, incluindo as orientações do ISSB e da GRI (Charluet, 2025). A possibilidade de garantir informação prospetiva, como metas, planos de transição ou cenários de descarbonização, constitui outro avanço relevante, ao permitir a avaliação de elementos críticos para a gestão de riscos futuros (Betti & Cherkezyan, 2025). Adicionalmente, a padronização dos procedimentos introduzida pela norma poderá contribuir para ganhos de eficiência e para a redução de custos de conformidade (Charluet, 2025). A robustez da ISSA 5000 reflete-se também na sua extensão normativa, com 212 requisitos, mais do dobro da ISAE 3000, o que, apesar de implicar um maior esforço dos prestadores de garantia, contribui para elevar a consistência e a qualidade dos trabalhos (KPMG, 2025).

No entanto, a par destas mais-valias, a ISSA 5000 apresenta também diversos desafios de natureza técnica e de *compliance*. A norma exige que os prestadores adotem

padrões éticos e de gestão da qualidade alinhados com os mais elevados referenciais internacionais, nomeadamente os do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do IAASB. Esta exigência reforça o rigor, mas também impõe uma pressão adicional, sobretudo sobre firmas de menor dimensão e prestadores fora do domínio da auditoria (KPMG, 2025; IESBA, 2025).

A *European Securities and Markets Authority* (ESMA, 2023) identifica a materialidade como uma das áreas que mais exigem clarificação na aplicação prática da ISSA 5000, salientando a necessidade de os profissionais compreenderem e avaliarem de forma rigorosa os processos utilizados pelas entidades para determinar a informação a divulgar, em particular no contexto da dupla materialidade. Adicionalmente, os sistemas de controlo interno das entidades passam a estar sujeitos a maior escrutínio, mesmo em trabalhos de garantia limitada, reforçando as exigências operacionais (KPMG, 2025).

Acrescem desafios relacionados com a documentação, incluindo a necessidade de retenção, por períodos mínimos de cinco anos, de decisões limítrofes sobre itens considerados não materiais, em linha com os requisitos internacionais (IAASB, 2025b). A garantia de informação prospetiva e de estimativas de sustentabilidade coloca dificuldades adicionais, dada a sua natureza incerta e a dependência de modelos e pressupostos, enquanto a obtenção de evidência relativa à cadeia de valor constitui outro obstáculo relevante, por envolver entidades fora do controlo direto da organização que reporta (KPMG, 2025).

Face à imaturidade de muitos sistemas de reporte e à limitada disponibilidade de dados robustos, os primeiros anos de aplicação da ISSA 5000 poderão traduzir-se num aumento de conclusões modificadas, sempre que a evidência obtida seja insuficiente ou incompleta (KPMG, 2025). Esta realidade acentua a pressão sobre empresas e prestadores de serviços de garantia para acelerarem a sua preparação e adaptação ao novo enquadramento normativo.

3. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, considerada adequada à análise de fenómenos complexos e emergentes, como a aplicação da ISSA 5000 no contexto da auditoria ao relato de sustentabilidade (Fortin, 2000; Vilelas, 2009). Esta opção metodológica permite uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos auditores aos desafios, benefícios e implicações associados à futura implementação da norma, particularmente num contexto de pré-implementação, em que a evidência empírica é ainda limitada.

A recolha dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, conduzidas entre abril e julho de 2025, em formato online e de acordo com a disponibilidade dos participantes. As entrevistas envolveram oito profissionais de auditoria com experiência em auditoria ao relato de sustentabilidade ou em relato não financeiro, distribuídos equitativamente entre Portugal e Brasil.

A seleção dos participantes seguiu critérios intencionais, assegurando diversidade em termos de experiência profissional, tipo de organização (*Big Four* e não *Big Four*) e contexto institucional, de forma a captar diferentes perspectivas sobre a aplicabilidade da ISSA 5000.

O número de entrevistas foi definido com base no critério de saturação teórica, considerada alcançada quando as entrevistas passaram a evidenciar padrões interpretativos recorrentes, sem introdução de novos temas relevantes sobre a aplicabilidade da ISSA 5000. A convergência das percepções em torno dos principais eixos analíticos indicou que a recolha adicional de dados teria um contributo marginal, sustentando a adequação do número de entrevistas realizadas e a robustez da análise qualitativa.

O estudo foi estruturado em torno de quatro questões de investigação principais, operacionalizadas através de um conjunto de subdimensões analíticas que orientaram a conceção do guião de entrevista e a recolha dos dados. Estas dimensões foram traduzidas em temas e blocos de questões, garantindo uma correspondência direta entre os objetivos do estudo e os instrumentos de recolha de dados. As entrevistas foram integralmente transcritas e analisadas através de uma abordagem temática, permitindo identificar padrões, convergências e divergências nas percepções dos auditores relativamente à ISSA 5000 (Yin, 2009; Tuzzo & Braga, 2016).

A articulação entre as questões de investigação, as respetivas dimensões analíticas e o guião de entrevista encontra-se sintetizada na Tabela 1.

Tabela 1 Articulação entre questões de investigação e dimensões analíticas.

Questões de investigação (Q)	Dimensões analíticas	Enquadramento no guião de entrevista
Q1. Qual a percepção dos auditores sobre o papel e relevância da ISSA 5000 na auditoria ao relato de sustentabilidade?	Papel da norma; objetivos percebidos; contributo para a credibilidade do relato.	Questões orientadas à compreensão do enquadramento, finalidade e valor acrescentado da ISSA 5000.
Q2. Quais os desafios associados à aplicação prática da ISSA 5000?	Complexidade da informação ESG; qualidade e disponibilidade dos dados; sistemas de reporte.	Questões focadas nos constrangimentos técnicos, operacionais e organizacionais da aplicação da norma.
Q3. Quais os benefícios e impactos esperados da implementação da ISSA 5000?	Fiabilidade da informação; comparabilidade; confiança dos <i>stakeholders</i> .	Questões direcionadas à identificação de benefícios percebidos e impactos na prática profissional.
Q4. Qual a articulação esperada entre a auditoria financeira e a auditoria ao relato de sustentabilidade no contexto da ISSA 5000?	Integração de processos; multidisciplinaridade; competências dos auditores.	Questões relacionadas com a coordenação entre auditorias e a evolução do papel do auditor.

Fonte: Elaboração própria.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentam-se, de seguida, os resultados empíricos do estudo, organizados de forma a permitir uma leitura coerente e articulada dos dados recolhidos. Inicia-se com a caracterização dos entrevistados, proporcionando o enquadramento necessário à interpretação das evidências empíricas, seguindo-se a análise das perceções dos auditores quanto à aplicabilidade da ISSA 5000 na auditoria ao relato de sustentabilidade. Por fim, procede-se à discussão crítica dos resultados, através da sua articulação com a literatura académica e profissional, destacando os principais contributos e implicações do estudo.

4.1 Caracterização dos entrevistados

A Tabela 2 sintetiza as principais características dos participantes, nomeadamente a formação académica, a experiência profissional, a jurisdição de atuação e a experiência em auditoria financeira e de sustentabilidade, assegurando o anonimato e a confidencialidade dos dados individuais.

Tabela 2 Caracterização dos entrevistados.

Código	Função	Experiência profissional auditoria	Experiência profissional sustentabilidade	Formação	Organização	Duração da entrevista	Jurisdição
E1	Audit Partner	20 anos	3 anos	Licenciatura em Contabilidade; Mestrado Administração de Empresas	Big-four	45 min	Brasil
E2	Audit Senior	20 anos	3 anos	Licenciatura em Economia, ROC	Big-four	40 min	Portugal
E3	Audit Senior	4 anos	4 anos	Licenciatura em Administração e Contabilidade	Big-four	50 min	Brasil
E4	Sustainability Consultant	2 anos	5 anos	Licenciatura em Biologia e Geologia Pós-Graduação em Sustainable Investment and Finance and Sustainability	Não-Big-four	45 min	Portugal
E5	Audit Senior	12 anos	1 ano	Licenciatura em Economia, Mestrado em Auditoria e Fiscalidade	Big-four	45 min	Portugal
E6	Audit Senior	23 anos	4 anos	Licenciatura em Contabilidade, Mestrado em Contabilidade, MBA Finanças	Não-Big-four	45 min	Brasil
E7	Audit Staff/ Sustainability Consultant	1 ano	1 ano	Licenciatura em Serviços Sociais Mestrado em Estratégia de Comunicação e Liderança	Não-Big-four	50 min	Portugal
E8	Senior Sustainability Consultant /Audit	2 anos	2 anos	Licenciatura Ciências Políticas, Mestrado em Finanças	Big-four	55 min	Brasil

Fonte: Elaboração própria.

Como se evidencia na Tabela 2, a amostra integra perfis profissionais diversificados, incluindo *audit partners*, *audit seniors*, *audit staff* e consultores de sustentabilidade, com níveis de experiência em auditoria que variam entre 1 e 23 anos e experiência específica em matérias de sustentabilidade entre 1 e 5 anos. Esta heterogeneidade, aliada a formações académicas multidisciplinares, abrangendo áreas como contabilidade, economia, finanças, ciências sociais e ambientais, e à atuação em firmas *Big Four* e não *Big Four*, revela-se particularmente relevante para captar uma multiplicidade de perspetivas sobre a aplicabilidade da ISSA 5000. As entrevistas, com duração média de aproximadamente 47 minutos, possibilitaram a recolha de informação aprofundada e contextualizada, contribuindo para a robustez e validade dos resultados do estudo.

4.2 Perceções sobre a aplicabilidade da ISSA 5000

De forma transversal, os entrevistados reconhecem a ISSA 5000 como um instrumento fundamental para a harmonização global da auditoria ao relato de sustentabilidade, sendo percecionada como um passo decisivo para a harmonização das práticas de garantia de fiabilidade e para a redução da fragmentação normativa e da diversidade de abordagens atualmente existentes.

Outro benefício amplamente referido prende-se com a clarificação das responsabilidades do auditor, na medida em que a norma introduz maior precisão quanto ao âmbito do trabalho, à avaliação da materialidade e à obtenção de evidência apropriada, contribuindo para reduzir ambiguidades existentes na garantia da informação de sustentabilidade.

Adicionalmente, a ISSA 5000 é associada a um aumento da credibilidade do relato de sustentabilidade, na medida em que estabelece princípios e requisitos específicos para a garantia da informação ESG. Os auditores consideram que a sua aplicação consistente poderá reforçar a confiança dos *stakeholders*, mitigar riscos de *greenwashing* e aproximar o relato de sustentabilidade do nível de fiabilidade tradicionalmente associado ao relato financeiro.

Apesar destes benefícios, a análise das entrevistas permitiu identificar um conjunto de temas centrais relativos à aplicabilidade da ISSA 5000, que são apresentados de seguida.

4.2.1 Desafios associados à capacitação e multidisciplinaridade nas equipas de auditoria

Um dos desafios mais frequentemente referidos pelos entrevistados prende-se com a falta de competências multidisciplinares nas equipas de auditoria. A auditoria ao relato de sustentabilidade exige conhecimentos em áreas como ambiente, direitos humanos, governação e sistemas de informação, competências que nem sempre se encontram plenamente desenvolvidas nas estruturas tradicionais de auditoria.

Neste contexto, a formação técnica surge como um elemento central para a aplicação eficaz da ISSA 5000, constituindo um ponto de consenso entre os entrevistados. De

acordo com os entrevistados E2, E5 e E8, a norma requer competências interdisciplinares que ultrapassem o âmbito da auditoria financeira tradicional, abrangendo temas ESG como alterações climáticas, cadeias de valor e transição energética.

O entrevistado E3 acrescenta que a aplicação da ISSA 5000 implica não apenas formação técnica, mas também uma mudança cultural no perfil do auditor, defendendo uma postura mais abrangente e sensível às dimensões sociais e macroeconómicas da sustentabilidade.

Adicionalmente, os entrevistados E6 e E8 alertam que o desfasamento entre a publicação da norma e a sua obrigatoriedade, então prevista para 2026, tem conduzido ao adiamento da preparação prática por parte de muitos profissionais, o que poderá comprometer a qualidade da sua implementação futura.

Por fim, os entrevistados E2 e E5 sublinham a importância da existência de estruturas de apoio técnico e de programas de formação contínua, capazes de assegurar a atualização permanente dos auditores face à complexidade metodológica e operacional da ISSA 5000.

4.2.2 Complexidade da informação ESG e fragilidade na recolha, seleção e validação de dados

A complexidade associada ao tratamento de dados não financeiros constitui outro desafio central identificado pelos entrevistados. A informação ESG é frequentemente de natureza qualitativa, baseada em estimativas e proveniente de múltiplas fontes, o que dificulta a sua validação e aumenta o grau de subjetividade inerente ao processo de reporte e de garantia de fiabilidade.

De acordo com o entrevistado E2, estas dificuldades manifestam-se desde as fases iniciais do processo, nomeadamente na identificação das fontes de dados e na mensuração fiável dos indicadores, o que requer processos maduros e metodologias robustas:

“Os grandes desafios começam logo quando temos de identificar onde estão os dados, muitos dos quais são operacionais ou qualitativos, o que dificulta o acesso. Segue-se a seleção dos indicadores mais adequados para o setor, com o objetivo de garantir comparabilidade. Por fim, captar e mensurar esses dados de forma fiável implica sistemas robustos e processos bem definidos, algo que nem todas as empresas têm” (E2).

De forma consistente, os entrevistados E4 e E1 corroboram esta perceção, identificando a recolha de dados como o principal desafio enfrentado pelas organizações no âmbito do reporte de sustentabilidade.

O entrevistado E8 reforça essa dificuldade, salientando as limitações no acesso à informação necessária, particularmente no domínio ambiental, e em especial no que respeita às emissões de Scope 3, cuja obtenção depende da cadeia de valor:

“...no pilar ambiental, realmente o problema é a recolha de dados, sobretudo no que diz respeito ao Scope 3. Trata-se de um desafio enorme para as empresas, porque é muito difícil obter essas informações na cadeia de valor” (E8).

Por sua vez, o entrevistado E5 aprofunda esta análise, sublinhando que a complexidade e a novidade do processo de reporte exigem um esforço significativo de adaptação e aprendizagem por parte das organizações. O entrevistado destaca ainda que o desafio não se limita à recolha de dados, abrangendo igualmente a sua seleção, interpretação e validação, bem como a garantia da coerência e fiabilidade face às exigências regulamentares:

“Na minha perspetiva, um dos principais desafios que as organizações enfrentam atualmente na preparação de relatórios de sustentabilidade prende-se com a própria complexidade do exercício. (...) Na prática, isto significa que muitas organizações, principalmente aquelas com menos experiência, ainda não conseguem atingir a plenitude daquilo que é esperado nos primeiros exercícios de reporte” (E5).

4.2.3 Dupla materialidade: complexidade metodológica e risco de inconsistência

A avaliação da materialidade é identificada pelos entrevistados como um dos aspetos mais críticos da aplicação da ISSA 5000, com particular destaque para a operacionalização da dupla materialidade. Os participantes referem que a interpretação deste conceito exige juízos profissionais complexos, podendo conduzir a abordagens diferenciadas e potencialmente inconsistentes entre entidades e auditores.

O entrevistado E1 sublinha que a operacionalização da dupla materialidade constitui um dos principais desafios da aplicação prática da norma, salientando a necessidade de metodologias robustas que permitam avaliar, de forma rigorosa, ambos os eixos da materialidade, o que requer competências analíticas avançadas e um conhecimento aprofundado do setor de atividade da entidade auditada. Em linha com esta perspetiva, o entrevistado E6 destaca que a materialidade de impacto será particularmente exigente do ponto de vista operacional, antecipando a necessidade de um período de transição, bem como do apoio de especialistas, para a sua adequada implementação.

De acordo com o entrevistado E7, apenas profissionais com formação específica em sustentabilidade estarão plenamente capacitados para aplicar o conceito de dupla materialidade com o rigor exigido pela ISSA 5000. O entrevistado E3 acrescenta uma reflexão crítica, observando que a identificação de temas materiais depende fortemente da perceção dos *stakeholders*, mas que muitas empresas ainda ignoram resultados relevantes por receio de abordar temas sensíveis. Como refere:

“...por vezes, as empresas ignoram os resultados obtidos (...), dizem que determinado tema é demasiado complexo ou sensível e acabam por não o considerar

como material, mesmo que os stakeholders o tenham destacado (...). Há claramente uma falta de preparação de ambos os lados e um nível de complexidade que ainda não está plenamente resolvido” (E3).

Os entrevistados E1, E3, E4, E6 e E8 convergem na percepção de que, embora a ISSA 5000 reconheça a centralidade da dupla materialidade, as orientações fornecidas são de natureza genérica e pouco padronizadas, deixando uma margem interpretativa significativa aos auditores. Como observa E4:

“...a ISSA 5000 permanece muito aberta quanto à escolha de metodologias (...), o que levanta dúvidas quanto à comparabilidade e consistência dos trabalhos” (E4).

Esta preocupação é reforçada pelo entrevistado E8, que alerta para o risco de variação dos indicadores assegurados ao longo do tempo, em função de alterações no auditor ou na gestão, comprometendo a coerência e a comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade, tal como se observa no seu comentário:

“...na prática, cada auditor acaba por escolher os indicadores que vai assegurar (...), o que pode causar problemas quando, de ano para ano, muda o auditor ou gestor e os indicadores também mudam, prejudicando a coerência e a comparabilidade dos relatórios” (E8).

4.2.4 Harmonização normativa e heterogeneidade regulamentar internacional

Um dos aspetos mais consensuais identificados pelos entrevistados prende-se com a heterogeneidade legislativa e regulatória entre jurisdições, referida por vários participantes (E1, E2, E3, E4, E5, E7), como um obstáculo à harmonização dos critérios de garantia de fiabilidade, à definição da materialidade e à comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Como explica E1:

“...entre jurisdições, há diferenças significativas, enquanto algumas já adotam as normas internacionais de auditoria de forma consolidada, outras ainda estão numa fase inicial, o que cria assimetrias na aplicação e consistência dos trabalhos” (E1).

De forma semelhante, o entrevistado E2 salienta que a inexistência de regulamentação obrigatória em determinados países compromete a coerência e a disponibilidade dos dados e indicadores ESG, afetando a homogeneização e a comparabilidade da informação reportada. Para além das diferenças legais, os entrevistados sublinham também a influência de fatores culturais na percepção da sustentabilidade e no grau de compromisso das empresas com o reporte de qualidade.

Neste contexto, os entrevistados E4 e E5 defendem a necessidade de adaptação da ISSA 5000 às realidades locais, através de abordagens mais flexíveis e sensíveis ao contexto institucional e cultural, ainda que tal possa contrariar parcialmente a lógica de harmonização global. Em contraste, alguns entrevistados adotam uma perspectiva mais otimista. O entrevistado E6 considera que a ISSA 5000 apresenta flexibilidade suficiente e resulta de contributos internacionais amplos, entendendo que as principais barreiras poderão ser de natureza linguística. De forma semelhante, o entrevistado E3 acredita que a norma poderá, a médio prazo, favorecer a harmonização das práticas de garantia de fiabilidade, sobretudo em países com menor maturidade regulatória. No entanto, o entrevistado E8 alerta que a eficácia da norma dependerá fortemente da cultura de reporte e da pressão exercida pelo mercado local, advertindo que:

"...se os investidores e stakeholders não exigirem qualidade, as empresas tenderão a reportar de forma superficial" (E8).

Paralelamente, a articulação da ISSA 5000 com múltiplos referenciais, como os ESRS, GRI, IFRS ou outros, é apontada por vários entrevistados (E1, E2, E3, E6 e E7) como um dos maiores desafios operacionais. As diferenças entre *frameworks*, quer ao nível da estrutura quer da definição de materialidade, exigem elevada capacidade de interpretação e adaptação por parte dos auditores. Conforme salientado pelo entrevistado E8:

"...temos uma sobreposição de legislações: Securities and Exchange Commission (SEC), legislação estadual da Califórnia, legislação brasileira, CSRD, normas na China, entre outras. O universo legislativo não está estabilizado, e isso torna-se um desafio muito grande para as empresas" (E8).

Neste sentido, os entrevistados convergem na ideia de que a multiplicidade de normas e a ausência de uma harmonização global exigem um elevado grau de coordenação e julgamento profissional. Conforme observa o entrevistado E6, estes desafios vão além do domínio técnico, implicando adaptação, interpretação e o desenvolvimento contínuo de novas competências por parte dos auditores, especialmente quando os critérios utilizados combinam diferentes referenciais, como destaca:

"Sim, eu diria antes que os auditores enfrentarão desafios significativos de adaptação. (...) Isto torna-se especialmente difícil quando os critérios são complexos ou combinam diferentes referenciais. (...) Assim, este é um desafio que vai além da técnica, implica adaptação, interpretação e o desenvolvimento de novas competências por parte dos auditores" (E6).

Por fim, vários entrevistados chamam a atenção para o risco de um desalinhamento entre as expectativas do mercado e o alcance efetivo das garantias prestadas ao abrigo da

ISSA 5000. O entrevistado E6 destaca a possibilidade de surgir um *expectation gap*, caso os *stakeholders* esperem um nível de fiabilidade superior ao efetivamente proporcionado, sobretudo quando se aplica apenas a garantia limitada:

“...talvez exista um desafio grande de gap de expectativas, porque o mercado vai esperar um nível de garantia muito mais complexo e profundo do que aquele que se fazia até então, e se os auditores aplicarem apenas o nível de garantia limitada previsto na ISSA 5000, não haverá muitos ganhos em relação ao enquadramento anterior” (E6).

4.2.5 Risco de distorção material, enviesamento da gestão e *washing*

Embora o termo *greenwashing* não seja frequentemente utilizado de forma explícita pelos entrevistados, estes reconhecem a relevância do risco de distorção material associado ao enviesamento da gestão no relato de sustentabilidade. A identificação destes riscos é descrita como altamente dependente do julgamento profissional do auditor e da adoção de uma postura crítica e cética.

O entrevistado E3 exemplifica o fenómeno através do conceito de *greenwashing*, associando-o à formulação de promessas corporativas que não se encontram sustentadas por evidência operacional concreta. Como exemplifica, compromissos ambiciosos, mas manifestamente irrealistas face à situação atual da organização, tendem a refletir mais intenções declarativas do que objetivos exequíveis, configurando um risco relevante de distorção informativa. A título de exemplo, refere:

*“Uma empresa afirma que, até 2030, 50% da sua liderança será composta por mulheres. No entanto, atualmente tem apenas 3%. Alcançar os 50% em poucos anos parece-me mais uma intenção desejável do que um objetivo viável. Isso é *greenwashing*, uma promessa irrealista, não sustentada por ações concretas” (E3).*

Por sua vez, o entrevistado E7 chama a atenção para o risco de *social washing*, salientando que, em muitos casos, o relato de sustentabilidade é ainda encarado pelas empresas sobretudo como um instrumento de comunicação, em detrimento de um verdadeiro exercício de prestação de contas. Neste sentido, o entrevistado defende que o reforço das normas e da regulação é fundamental para aumentar a transparência e mitigar práticas de divulgação enganosa, contribuindo para a credibilidade do relato de sustentabilidade.

4.2.6 Dimensão organizacional e preparação do mercado: assimetria entre grandes empresas e PME

Os entrevistados indicam que a preparação para cumprir os normativos aplicáveis e para suportar processos de garantia de fiabilidade depende, em grande medida, da dimen-

são e dos recursos disponíveis, tanto das entidades reportantes como das firmas de auditoria. De um modo geral, as grandes empresas, sobretudo aquelas com maior visibilidade e exposição a riscos ambientais, são percecionadas como estando mais bem preparadas, beneficiando da experiência acumulada e da capacidade financeira para recorrer a apoio especializado. Como refere o entrevistado E6:

“As maiores empresas (...) já têm experiência (...) e dispõem de capacidade financeira para contratar profissionais e consultorias especializadas (...)” (E6).

Em contraste, vários participantes sublinham que uma parte significativa das empresas ainda não possui maturidade técnica para cumprir plenamente os normativos de reporte e de garantia de fiabilidade, o que se reflete na fragmentação e na reduzida qualidade dos dados disponíveis, bem como na forte dependência de processos manuais.

Do lado das firmas de auditoria, existe consenso quanto à escassez de recursos humanos qualificados, sobretudo nas estruturas de menor dimensão, o que tem conduzido ao recurso a peritos externos, parcerias e alianças estratégicas. Neste contexto, o entrevistado E4 destaca que soluções tecnológicas combinadas com conhecimento especializado podem ajudar a mitigar estas limitações. Adicionalmente, o entrevistado E8 sublinha a importância do investimento público e académico na formação em sustentabilidade, defendendo que o Estado e as universidades devem promover guias e programas de especialização técnica que preparem os profissionais, mesmo que estes não assumam o papel de especialistas.

Em contraste, alguns entrevistados (E2, E5 e E6) reconhecem que as grandes firmas de auditoria já se encontram, em geral, mais avançadas neste processo, dispondo de equipas dedicadas à sustentabilidade ou em fase de consolidação, beneficiando de maior capacidade de investimento e acesso à formação especializada.

4.2.7 Desafios específicos por pilar ESG: social, ambiental e governação

As entrevistas permitem identificar um padrão claro na distribuição das dificuldades ao longo dos diferentes pilares ESG, evidenciando níveis diferenciados de maturidade e complexidade no reporte de cada dimensão.

i) Pilar social

De forma generalizada, os entrevistados percecionam o pilar social como o mais frágil e subjetivo, caracterizado pela escassez de métricas padronizadas e por alguma resistência cultural à transparência. Segundo os entrevistados E2, E3, E6, E7 e E8, esta dimensão é a que apresenta maiores desafios de reporte, dada a dificuldade em quantificar impactos sociais e traduzi-los em indicadores objetivos e comparáveis. Como refere o entrevistado E2:

“...os impactos sociais tendem a ser menos tangíveis e mais difíceis de quantificar, pelo que traduzir esta dimensão em indicadores objetivos e comparáveis representa um desafio significativo para as empresas” (E2).

Adicionalmente, os entrevistados E6 e E3 salientam a existência de fragilidades e de resistência à divulgação de informação em matérias sensíveis, como a equidade salarial e a diversidade:

“Na parte social, sobretudo na equidade salarial entre homens e mulheres, observo que muitas empresas ainda procuram apresentar esses dados de forma distorcida” (E3).

Embora o entrevistado E5 não considere o pilar social necessariamente o mais complexo, reconhece que a medição do impacto social e a definição de indicadores fiáveis continuam a representar desafios significativos.

ii) Pilar ambiental

No que respeita ao pilar ambiental, os entrevistados identificam como principal obstáculo a complexidade técnica associada à recolha e validação dos dados, bem como a escassez de informação fiável, em particular no reporte das emissões do *Scope 3*, que envolvem fontes indiretas ao longo da cadeia de valor, como se observa:

“Um dos grandes desafios são os dados. Elaborar um inventário de gases com efeito de estufa, sobretudo no que se refere ao Scope 3, que envolve a cadeia de valor e de fornecimento, é particularmente difícil, pois essas informações muitas vezes não estão disponíveis para preparar um relatório consistente” (E1).

“Trata-se de um desafio enorme para as empresas, porque é muito difícil obter essas informações na cadeia de valor” (E8).

De acordo com o entrevistado E5, a inexistência de sistemas adequados de medição e monitorização afeta a fiabilidade do reporte, sobretudo em áreas emergentes, como a biodiversidade, onde ainda não existe um enquadramento normativo plenamente consolidado. O entrevistado E6 acrescenta que o grau de maturidade neste pilar varia significativamente consoante o setor de atividade, sendo tendencialmente mais elevado nas empresas com maior impacto ambiental. Em termos globais, o pilar ambiental é considerado fortemente condicionado por lacunas de dados, incerteza normativa e diferenças setoriais, limitando a comparabilidade e a consistência da informação reportada.

iii) Pilar da governação

Relativamente ao pilar da governação, os entrevistados apresentam uma visão mais equilibrada e favorável. Para os entrevistados E6 e E8, trata-se de uma dimensão com maior maturidade, dado que muitas empresas já reportavam informações de governação

nos seus relatórios de gestão e em políticas internas, antes da generalização do reporte de sustentabilidade, conforme destacado por E6:

“...os aspetos relacionados com a governação já são, em geral, bem reportados noutras fontes de informação, como relatórios da administração ou documentos de referência que compõem o conjunto de divulgações obrigatórias de muitas organizações. Trata-se, portanto, de um tema já bastante explorado” (E6).

Ainda assim, conforme salientam os entrevistados E3 e E7, subsistem limitações relacionadas com a falta de padronização e comparabilidade das métricas de governação, o que limita a análise transversal entre empresas e setores. Assim, embora o pilar da governação seja considerado o mais consolidado, continua a apresentar fragilidades metodológicas e a ausência de métricas uniformes, essenciais para reforçar a transparência e a comparabilidade do reporte.

4.2.8 Integração entre auditoria financeira e auditoria ao relato de sustentabilidade

Os entrevistados revelam consenso quanto à necessidade de maior integração entre a auditoria financeira e a auditoria ao relato de sustentabilidade, reconhecendo, contudo, a existência de desafios técnicos, organizacionais e formativos associados a este processo. De acordo com o entrevistado E1, a articulação entre as demonstrações financeiras e o relatório de sustentabilidade é particularmente relevante para compreender os custos associados à mitigação de riscos de transição e para avaliar o impacto financeiro dessas ações, alertando, no entanto, para a necessidade de evitar o excesso de informação e de assegurar a utilidade dos relatórios para os respetivos utilizadores.

Segundo o entrevistado E2, esta articulação já se encontra em curso, sobretudo nas grandes firmas de auditoria, que dispõem de equipas especializadas e experiência consolidada em matérias de *compliance*. Em contrapartida, as entidades de menor dimensão tendem a enfrentar maiores dificuldades na incorporação de competências adicionais e na articulação entre áreas funcionais distintas.

O entrevistado E3 acrescenta que um dos principais obstáculos à integração reside na limitada disponibilidade de dados quantitativos robustos nos relatórios de sustentabilidade, defendendo que a aplicação das IFRS S1 e S2 poderá contribuir para aproximar a informação financeira e não financeira, ao introduzir uma abordagem mais quantitativa e orientada para riscos e impactos financeiros:

“...as IFRS (S1 e S2) têm vindo a trazer uma abordagem mais quantitativa (...), o que será muito positivo para o amadurecimento da relação entre sustentabilidade e finanças. No entanto, antecipo resistência por parte das empresas, sobretudo

porque muitos desses dados são considerados sensíveis (...). Apesar dessa resistência inicial, vejo a evolução como positiva” (E3).

Por sua vez, o entrevistado E4 chama a atenção para desafios de natureza estrutural, nomeadamente a sobreposição de funções entre os responsáveis pela preparação da informação financeira e pela elaboração do reporte de sustentabilidade, o que pode comprometer a independência e a objetividade dos trabalhos de auditoria. Neste sentido, o entrevistado E5 defende uma colaboração estreita entre as equipas financeiras e de sustentabilidade, mas sem comprometer a especialização técnica nem a independência profissional.

Nesta linha, o entrevistado E6 considera que a CSRD e as normas IFRS S1 e S2 irão reforçar progressivamente a ligação entre impactos financeiros e de sustentabilidade, prevendo que, num horizonte de dois a três anos, esta integração se torne mais fluida e natural. De forma convergente, o entrevistado E7 reconhece igualmente os desafios técnicos e formativos, mas considera a integração inevitável, sublinhando que a qualidade da auditoria dependerá da aquisição de competências em sustentabilidade por parte de todos os profissionais, independentemente da sua área de origem. Por fim, o entrevistado E8 reforça esta perspetiva, destacando que a colaboração entre auditores financeiros e especialistas em sustentabilidade é essencial para a avaliação de riscos complexos, como os climáticos ou cibernéticos, que exigem análises integradas dos impactos financeiros e ESG.

4.2.9 Síntese das perceções gerais

A síntese das perceções dos entrevistados, apresentada na Tabela 3, evidencia um consenso quanto à relevância estratégica da ISSA 5000, reconhecida simultaneamente como uma oportunidade de reforço da credibilidade do relato de sustentabilidade e como um desafio significativo em termos de competências, recursos e adaptação organizacional.

Tabela 3 Resumo dos resultados das entrevistas.

Tema	Síntese das perceções dos entrevistados
Qualidade dos dados	- Dificuldades na recolha, organização e validação dos dados ESG. - Informação frequentemente dispersa, não fiável ou difícil de rastrear. - Falta de processos internos robustos
Dupla materialidade	- Reconhecida como essencial, mas desafiante. - Aplicação prática pouco padronizada. - Escassez de orientações claras. - Complexidade na avaliação da materialidade de impacto.
Equipas multidisciplinares	- Valorizadas pela complementaridade técnica. - PME enfrentam maiores dificuldades internamente. - Soluções propostas: peritos externos, parcerias.

Tabela 3 Resumo dos resultados das entrevistas (continuação).

Tema	Síntese das percepções dos entrevistados
Articulação entre auditoria financeira e auditoria ao relato de sustentabilidade	- Necessária e inevitável. - Requer maior integração funcional entre equipas. - Recomendação: pertencer à mesma firma com equipas distintas.
Transparência e conflitos de interesse	- Falta de supervisão específica levanta riscos. - Perigo de não haver separação entre quem prepara e quem assegura. - Necessidade de divulgações mais claras nos relatórios.
Formação e competências	- Formação específica em ESG é vista como urgente. - Sugestões: integrar ESG nos cursos superiores; reforçar formação contínua. - Competências transversais também são essenciais.
Desafios na elaboração dos relatórios	- Complexidade de coordenação interna. - Falta de cultura organizacional em sustentabilidade. - Dificuldades em cruzar informação financeira e não financeira.

Fonte: Elaboração própria.

4.3 Discussão dos resultados

Concluídas a apresentação e a análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, procede-se à respetiva discussão, com o objetivo de enquadrar criticamente as evidências empíricas recolhidas à luz dos contributos teóricos identificados na revisão da literatura.

A discussão encontra-se estruturada em torno das quatro questões de investigação definidas e permite uma reflexão integrada sobre os resultados alcançados.

Q1. Qual a percepção dos auditores sobre o papel e a relevância da ISSA 5000 na auditoria ao relato de sustentabilidade?

As percepções recolhidas ao longo das entrevistas evidenciam um consenso alargado quanto ao contributo da ISSA 5000 para o reforço da credibilidade e da qualidade do relato de sustentabilidade. Os auditores entrevistados reconhecem que a norma introduz maior rigor técnico e metodológico ao exigir processos de garantia de fiabilidade independentes, sistemas de controlo interno mais robustos e a obtenção de evidência documental adequada, fatores que contribuem diretamente para o aumento da fiabilidade e da utilidade do relato de sustentabilidade.

Esta evidência empírica encontra-se alinhada com a literatura que associa a garantia externa ao reforço da confiança dos *stakeholders* e da credibilidade do reporte não financeiro (Friede et al., 2015; Lai & Stacchezzini, 2021; Pizzi et al., 2024; Delgado Sánchez et al., 2026). Adicionalmente, os entrevistados sublinham que a ISSA 5000 tende a gerar um nível de confiança superior ao observado no âmbito da ISAE 3000, aproximando a informação

de sustentabilidade dos padrões de fiabilidade tradicionalmente associados à informação financeira.

Não obstante estes benefícios, os auditores reconhecem que a articulação da ISSA 5000 com referenciais como os ESRS, a GRI e as normas IFRS S1 e IFRS S2 constitui um desafio técnico relevante, em virtude da necessidade de harmonizar conceitos, terminologia e abordagens de materialidade. Esta percepção é corroborada por Buboï (2025), que identifica a coexistência de múltiplos frameworks como um dos principais entraves à consolidação de um ecossistema de reporte coerente. Ainda assim, os entrevistados reconhecem que a flexibilidade da ISSA 5000, concebida para ser aplicada a diferentes referenciais, constitui uma mais-valia, aspeto também destacado pelo IAASB (2025b) e por Charluet (2025).

Por fim, os participantes enfatizam que o reforço da confiança no relato de sustentabilidade depende da efetiva independência entre as entidades responsáveis pela preparação e pela validação dos relatórios, de modo a mitigar conflitos de interesses e assegurar a objetividade do processo.

Q2. Quais os desafios associados à aplicação prática da ISSA 5000?

Os auditores entrevistados reconhecem que a ISSA 5000 constitui um marco relevante na auditoria ao relato de sustentabilidade, nomeadamente ao clarificar a distinção entre garantia limitada e garantia razoável, reforçando a coerência dos procedimentos e a fiabilidade da informação reportada. Contudo, antecipam que a evolução para níveis mais elevados de garantia ocorrerá de forma gradual, em virtude da fragilidade dos sistemas de controlo interno e da insuficiente disponibilidade de dados fiáveis em muitas organizações.

Esta evidência é consistente com a literatura, que identifica a ausência de processos estruturados de reporte e de mecanismos eficazes de controlo interno como barreiras significativas à fiabilidade da informação de sustentabilidade (Buboï, 2025; Maio, 2024). No que respeita ao risco de distorção material, incluindo práticas de *greenwashing*, os entrevistados sublinham a importância do ceticismo profissional e da análise crítica, em linha com as orientações do IAASB (2025b), que reconhece o viés da gestão como um fator de risco relevante neste domínio.

Adicionalmente, os auditores apontam limitações práticas associadas à escassez de ferramentas tecnológicas adequadas e à ausência de metodologias padronizadas, o que compromete a eficácia dos procedimentos de auditoria, um desafio igualmente identificado por Buboï (2025). Entre os aspetos metodológicos, a aplicação do princípio da dupla materialidade é destacada como o desafio mais complexo, exigindo critérios claros e consistentes que permitam conciliar, de forma rigorosa, as perspetivas financeira e de impacto.

Esta dificuldade é igualmente identificada na literatura, sendo referida por Torres (2025), que evidencia uma aplicação heterogénea do conceito, e pela PwC (2025), que assinala limitações persistentes quanto à profundidade e à clareza de determinados tópi-

cos de divulgação. Acrescem ainda limitações estruturais, como a fraca articulação entre departamentos e a escassez de profissionais especializados em sustentabilidade, fatores que comprometem a qualidade e a comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade (Amaranydia & Putri, 2023).

Q3. Quais os benefícios e impactos esperados da implementação da ISSA 5000?

Os resultados evidenciam que a implementação da ISSA 5000 é percebida pelos entrevistados como um fator com impactos significativos na auditoria ao relato de sustentabilidade, destacando-se, em primeiro lugar, o seu contributo para a harmonização global das práticas de garantia de fiabilidade. Ao promover a convergência metodológica e reduzir a fragmentação normativa e a diversidade de abordagens atualmente existentes, a norma tende a reforçar a consistência e a comparabilidade dos trabalhos de auditoria.

Adicionalmente, os entrevistados salientam que a ISSA 5000 terá um impacto direto no reforço das competências profissionais, ao exigir níveis mais elevados de preparação técnica e formação contínua, em linha com a evidência empírica, que identifica a escassez de profissionais qualificados como uma limitação estrutural da auditoria ao relato de sustentabilidade (Aureli et al., 2020; PwC Brasil, 2024). A abertura da ISSA 5000 a profissionais de diferentes áreas é, neste contexto, percebida como uma mais-valia, ao permitir a incorporação de competências técnicas especializadas. Todavia, em consonância com as preocupações expressas na literatura normativa, os auditores alertam para o risco de inconsistência na aplicação da norma, reforçando a necessidade de cumprimento rigoroso dos requisitos de ética, independência e qualidade profissional estabelecidos (IESBA, 2025).

Em termos globais, os benefícios e impactos esperados da implementação da ISSA 5000 traduzem-se no aumento da qualidade e da credibilidade do relato de sustentabilidade, no reforço da confiança dos *stakeholders* e na consolidação da auditoria ao relato de sustentabilidade como um domínio técnico mais robusto, consistente e alinhado com as exigências regulatórias e de mercado emergentes.

Q4. Qual a articulação esperada entre a auditoria financeira e a auditoria ao relato de sustentabilidade no contexto da ISSA 5000?

A análise das entrevistas evidencia que a articulação entre a auditoria financeira e a auditoria ao relato de sustentabilidade, no contexto da ISSA 5000, é fortemente condicionada pela dimensão, pelos recursos disponíveis e pela cultura organizacional, tanto das entidades reportantes como das firmas de auditoria. A qualidade e a fiabilidade da informação divulgada dependem, em larga medida, do nível de maturidade organizacional e da capacidade técnica para implementar processos de verificação independentes, consistentes e rigorosos.

Os resultados evidenciam que, do lado das entidades responsáveis pela elaboração dos relatórios de sustentabilidade, a dimensão organizacional e os recursos disponíveis assumem um papel determinante na capacidade de cumprimento dos requisitos normativos. Em consonância com a percepção dos entrevistados, as grandes organizações revelam maior capacidade financeira e técnica para responder às exigências do reporte de sustentabilidade e para recorrer a serviços especializados, enquanto as pequenas e médias empresas enfrentam limitações estruturais que tendem a comprometer a consistência, a qualidade e a credibilidade da informação divulgada. Esta evidência empírica corrobora a literatura existente, que identifica a dimensão organizacional como um fator crítico na adoção e operacionalização de novos referenciais de reporte (Aureli et al., 2020; Venter & Krasodomska, 2024).

Os resultados do estudo evidenciam que a cultura organizacional assume igualmente um papel central na forma como a sustentabilidade é integrada nos processos internos e, consequentemente, na aplicação efetiva da ISSA 5000. Conforme destacado pelos entrevistados, em muitas entidades, o reporte de sustentabilidade continua a ser percebido como uma obrigação formal e não como um instrumento estratégico de gestão. O limitado envolvimento da liderança e a resistência à mudança organizacional dificultam a integração da sustentabilidade nos processos de governação, corroborando a evidência apresentada por Maio (2024), segundo a qual a falta de integração nas operações e na estratégia compromete a representatividade do desempenho ESG divulgado.

No que respeita às firmas de auditoria, os resultados indicam que a implementação da ISSA 5000 está fortemente condicionada pela dimensão, pelos recursos disponíveis e pelo grau de maturidade organizacional. As grandes firmas internacionais encontram-se, em geral, mais bem preparadas para responder às exigências da norma, beneficiando de equipas multidisciplinares, metodologias consolidadas e maior capacidade de investimento em formação e tecnologia. Em contraste, as firmas de menor dimensão enfrentam constrangimentos significativos, nomeadamente a escassez de profissionais especializados e de recursos técnicos adequados, o que limita a sua capacidade de resposta às exigências da auditoria ao relato de sustentabilidade.

Adicionalmente, os entrevistados referem dificuldades persistentes na obtenção de evidência fiável, decorrentes da fragmentação e da baixa qualidade dos dados fornecidos pelas entidades auditadas, bem como da complexidade inerente à validação da informação proveniente da cadeia de valor e de estimativas prospetivas de sustentabilidade. Estes constrangimentos sugerem que, nos primeiros anos de aplicação da ISSA 5000, poderá verificar-se um aumento de conclusões modificadas, sempre que a evidência recolhida se revele insuficiente ou incompleta, em linha com o que é antecipado pela KPMG (2025).

A análise comparativa entre Portugal e o Brasil revela diferenças relevantes na forma como a aplicação da ISSA 5000 é percebida e antecipada. Em Portugal, os auditores destacam um enquadramento regulatório mais exigente e consolidado, fortemente influenciado

pela CSRD e pelos ESRS, bem como uma pressão significativa por parte dos reguladores e dos *stakeholders* europeus, fatores que têm promovido uma maior formalização e sistematização das práticas de reporte e auditoria ao relato de sustentabilidade. Em contraste, no Brasil, apesar da evolução do reporte ESG, os entrevistados referem um maior enfoque nos desafios técnicos e operacionais da implementação, nomeadamente ao nível da disponibilidade de recursos especializados, da maturidade dos sistemas de reporte e da consistência dos dados. Estas diferenças refletem distintos níveis de desenvolvimento do ecossistema ESG, condicionando a forma como a ISSA 5000 é antecipada em cada contexto nacional.

Esta diferenciação contextual adquiriu particular relevância após a realização das entrevistas, em virtude das alterações regulatórias entretanto ocorridas em ambas as jurisdições. No Brasil, a Resolução CVM n.º 244/2026 revogou a obrigatoriedade de adoção do reporte baseado nos padrões ISSB anteriormente prevista para as companhias abertas, mantendo a sua adoção numa base voluntária (CVM, 2026a, 2026b).

Na UE, a Diretiva (UE) 2026/470 reduziu significativamente o âmbito da CSRD e afastou a evolução obrigatória para um nível de garantia razoável, enquanto a revisão dos ESRS adotada em 2026 simplificou substancialmente os requisitos de divulgação (European Commission, 2026; European Parliament & Council of the European Union, 2026). Estas evoluções regulatórias subsequentes reforçam a relevância do contexto institucional na interpretação das perceções dos participantes e confirmam que a implementação da ISSA 5000 ocorre num ambiente normativo ainda em transformação, com implicações potenciais para o ritmo de preparação das entidades e dos prestadores de serviços de garantia de fiabilidade.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo analisar a perceção dos auditores em Portugal e no Brasil relativamente à aplicabilidade da ISSA 5000 no contexto da auditoria ao relato de sustentabilidade, num momento de pré-implementação da norma. A investigação procurou responder à questão central sobre a forma como os auditores percecionam os desafios e os benefícios associados à aplicação da ISSA 5000 na garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade.

Os resultados permitem concluir que a ISSA 5000 é amplamente percecionada como um marco relevante na evolução da auditoria ao relato de sustentabilidade, sendo reconhecida como um instrumento com elevado potencial para reforçar a credibilidade, a consistência e a comparabilidade do relato de sustentabilidade. A norma é entendida como um passo decisivo no sentido da harmonização das práticas de garantia de fiabilidade a nível global, contribuindo para a clarificação das responsabilidades do auditor, para uma abordagem mais estruturada à avaliação da materialidade e para o reforço da confiança dos *stakeholders* no relato de sustentabilidade.

Os desafios identificados, em particular a escassez de competências multidisciplinares, convergem com a literatura existente, que aponta para uma preparação técnica ainda insuficiente das equipas de auditoria face às exigências crescentes da auditoria ao relato de sustentabilidade (Venter & Krasodomska, 2024). Esta limitação evidencia a necessidade de investimento contínuo em formação especializada, bem como de uma maior integração de especialistas com competências técnicas específicas, condição essencial para garantir a qualidade e a consistência dos trabalhos realizados ao abrigo da ISSA 5000.

As diferenças observadas entre Portugal e o Brasil sugerem estágios distintos de desenvolvimento do ecossistema ESG, confirmando a influência do contexto regulatório na maturidade das práticas de reporte e garantia de fiabilidade. No contexto europeu, a maior pressão regulatória associada à CSRD e aos ESRS parece acelerar a preparação das organizações e das firmas de auditoria para a aplicação da ISSA 5000. Em contraste, no Brasil, os resultados evidenciam um processo percecionado como mais gradual, condicionado por uma menor pressão regulatória e pela disponibilidade de recursos técnicos e humanos. Esta diferenciação tornou-se particularmente relevante à luz da evolução normativa subsequente, designadamente da Resolução CVM n.º 244/2026, que revogou a obrigatoriedade de adoção do reporte baseado nos padrões ISSB anteriormente prevista para as companhias abertas, mantendo a sua adoção numa base voluntária (CVM, 2026a, 2026b).

A convergência entre os resultados empíricos e a literatura, no que respeita à necessidade de uma abordagem multidisciplinar, reforça a ideia de que a auditoria ao relato de sustentabilidade exige uma abordagem integrada, que ultrapassa os limites tradicionais da auditoria financeira. Tal como evidenciado por Al-Shaer (2020), práticas robustas de auditoria da sustentabilidade contribuem para o reforço dos mecanismos de controlo e governação, com impactos positivos na fiabilidade global da informação divulgada.

Por fim, o estudo confirma os contributos da literatura que sublinham a importância do reforço prévio dos sistemas internos das empresas reportantes como condição para a eficácia da garantia de fiabilidade dos relatórios de sustentabilidade. A ausência de dados fiáveis, processos estruturados e sistemas de controlo adequados limita a aplicação plena da ISSA 5000 e poderá comprometer, numa fase inicial, o seu potencial transformador, conforme salientado pela KPMG (2025). Neste sentido, os resultados evidenciam que a consolidação da norma dependerá não apenas do seu enquadramento técnico, mas também do grau de preparação organizacional das entidades reportantes e das firmas de auditoria.

Do ponto de vista académico, o estudo contribui para a literatura existente ao colmatar uma lacuna identificada na investigação sobre auditoria ao relato de sustentabilidade, ao fornecer evidência empírica sobre as perceções dos auditores relativamente à ISSA 5000 num contexto de pré-implementação. A maioria dos trabalhos existentes assume

uma natureza predominantemente normativa ou conceptual, sendo ainda escassos os estudos que exploram a perspectiva dos profissionais diretamente envolvidos na aplicação da norma. Assim, este estudo acrescenta valor ao aprofundar a compreensão dos desafios práticos, das expectativas e das implicações associadas à adoção da ISSA 5000 em diferentes contextos nacionais.

Em termos práticos, os resultados apresentam contributos relevantes para diversos intervenientes. Para os auditores, o estudo evidencia a necessidade de investimento em formação especializada, no desenvolvimento de competências multidisciplinares e na adaptação das metodologias de trabalho à complexidade da informação ESG. Para os reguladores, os resultados sublinham a importância de assegurar coerência entre os requisitos de reporte e de garantia de fiabilidade, promovendo um enquadramento normativo claro e consistente. Para as empresas, a investigação destaca a necessidade de reforçar os sistemas internos de reporte, os mecanismos de controlo e a qualidade dos dados ESG como condição prévia para a obtenção de garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade.

Relativamente às implicações para a futura adoção da ISSA 5000, o estudo sugere que o sucesso da sua implementação dependerá não apenas da existência de um normativo robusto, mas também do grau de maturidade dos sistemas de reporte das organizações, da preparação das equipas de auditoria e da capacidade de integração entre a auditoria financeira e a auditoria ao relato de sustentabilidade. A ISSA 5000 emerge, assim, não apenas como uma norma técnica de auditoria, mas como um catalisador da transformação da prática da auditoria e da prestação de contas em matéria de sustentabilidade.

Não obstante os contributos apresentados, o estudo apresenta limitações. A principal prende-se com a dimensão da amostra, limitada a oito entrevistados, o que restringe a generalização dos resultados. Acresce o facto de a investigação se basear exclusivamente numa abordagem qualitativa e num momento de pré-implementação da norma, não permitindo avaliar empiricamente os impactos da aplicação efetiva da ISSA 5000. Adicionalmente, a análise circunscreve-se a dois países, o que condiciona a extrapolação das conclusões para outros contextos regulatórios.

Face a essas limitações, sugere-se que futuras investigações explorem a perceção de um número mais alargado de profissionais, incluindo outros países e diferentes perfis de auditores. Estudos quantitativos ou de natureza mista poderão complementar os resultados obtidos, permitindo testar relações entre variáveis e avaliar o impacto da ISSA 5000 após a sua entrada em vigor. Adicionalmente, investigações futuras poderão analisar a perspectiva das empresas reportantes e dos utilizadores da informação de sustentabilidade, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos efeitos da norma no ecossistema do reporte e da garantia ESG.

REFERÊNCIAS

- Aguilera, R. V., & Ruiz Castillo, M. (2025). Toward an updated corporate governance framework: Fundamentals, disruptions, and future research. *BRQ Business Research Quarterly*, 28(2), 336–348. <https://doi.org/10.1177/23409444251320399>
- Al-Shaer, H. (2020). Sustainability reporting quality and post-audit financial reporting quality: Empirical evidence from the UK. *Business Strategy and the Environment*, 29(6), 2355–2373. <https://doi.org/10.1002/bse.2507>
- Amaranydia, A., & Putri, A. (2023). Challenges in developing annual and sustainability reports: Is data management matter? *International Journal of Contemporary Accounting*, 5(2), 159–182. <https://doi.org/10.25105/ijca.v5i2.18585>
- Amel-Zadeh, A., & Serafeim, G. (2018). Why and how investors use ESG information: Evidence from a global survey. *Financial Analysts Journal*, 74(3), 87–103. <https://doi.org/10.2469/faj.v74.n3.2>
- Aureli, S., Salvatori, F., & Magnaghi, E. (2020). A country-comparative analysis of the transposition of the EU non-financial directive: An institutional approach. *Accounting, Economics, and Law: A Convivium*, 10(2), Article 20180047. <https://doi.org/10.1515/ael-2018-0047>
- Betti, R., & Cherkezyan, L. (2025, March 1). *Will ISSA 5000 survive the Omnibus turbulence?* EY Luxembourg. https://www.ey.com/en_lu/insights/assurance/will-issa-5000-survive-the-omnibus-turbulence
- Blinova, E., Ponomarenko, T., & Knysh, V. (2022). Analyzing the concept of corporate sustainability in the context of sustainable business development in the mining sector with elements of circular economy. *Sustainability*, 14(13), Article 8163. <https://doi.org/10.3390/su14138163>
- Buboi, A. (2025). Determinants of ESG reporting difficulty in the absence of global standardization. *Acta Universitatis Danubius. Œconomica*, 21(3), 59–82.
- Charluet, C. (2025, March 1). *ISSA 5000 for CSRD: Everything you need to know*. Coolset. <https://www.coolset.com>
- Chopra, S., Senadheera, S., Dissanayake, P., Withana, P., Chib, R., Rhee, J., & Ok, Y. S. (2024). Navigating the challenges of environmental, social, and governance (ESG) reporting: The path to broader sustainable development. *Sustainability*, 16(2), Article 606. <https://doi.org/10.3390/su16020606>
- Comissão de Valores Mobiliários. (2023). *Resolução CVM n.º 193, de 20 de outubro de 2023: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB)*. <https://conteudo.cvm.gov.br>
- Comissão de Valores Mobiliários. (2026a). *Resolução CVM n.º 244, de 29 de maio de 2026: Altera a Resolução CVM n.º 193, de 20 de outubro de 2023*. <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol244.html>
- Comissão de Valores Mobiliários. (2026b). *Ofício Circular CVM/SNC/GNA n.º 1/2026: Orientações aos auditores independentes*. Comissão de Valores Mobiliários. https://conteudo.cvm.gov.br/cvm_institucional/legislacao/index.html

Delgado Sánchez, V. P., Zorio-Grima, A., & Merello, P. (2026). Sustainability reporting assurance: Knowledge, lags, levels, and providers in leading global companies. *Journal of Innovation & Knowledge*, 12, Article 100899. <https://doi.org/10.1016/j.jik.2025.100899>

Deloitte, & Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. (2024). *O protagonismo estratégico do RI: Como a comunicação, as novas regulações de ESG e a inteligência artificial podem influenciar o valor das empresas*. Deloitte Brasil.

European Commission. (2026). *Commission adopts revised sustainability reporting standards*. Directorate-General for Financial Stability, Financial Services and Capital Markets Union. https://finance.ec.europa.eu/news/commission-adopts-revised-sustainability-reporting-standards-2026-07-03_en

European Securities and Markets Authority. (2023, November 28). *Proposed International Standard on Sustainability Assurance (ISSA) 5000: General requirements for sustainability assurance engagements* (ESMA32-389550249-174).

Fortin, M.-F. (2000). *O processo de investigação: Da concepção à realização* (2.^a ed.). Lusociência.

Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and financial performance: Aggregated evidence from more than 2,000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 5(4), 210–233. <https://doi.org/10.1080/20430795.2015.1118917>

Fuadah, L. L., Mukhtaruddin, M., Andriana, I., & Arisman, A. (2022). The ownership structure and the environmental, social, and governance (ESG) disclosure, firm value, and firm performance: The audit committee as moderating variable. *Economies*, 10(12), Article 314. <https://doi.org/10.3390/economies10120314>

García-Sánchez, I. M., Hussain, N., Martínez-Ferrero, J., & Ruiz-Barbadillo, E. (2019). Impact of disclosure and assurance quality of corporate social responsibility on access to finance. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(4), 832–848. <https://doi.org/10.1002/csr.1724>

Gaviria, D. A. G., Martínez, E. M. C., Polo, O. C. C., & Arcila, J. O. S. (2023). Mecanismo contábil para medir o impacto ambiental das indústrias no Vale do Aburrá e a sua aplicação dos requisitos gerais de divulgação de informações financeiras sobre sustentabilidade (IFRS S1) e divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 17(5), 1–16. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v17n5-013>

Hecimovic, A. (2026). Collaboration challenges in multidisciplinary audit teams for public sector assurance. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 38(6), 1–19. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-04-2025-0098>

Hileman, D. (2023). *ISSA 5000 exposure draft: Disappointments for users of sustainability assurance reports*. Douglas Hileman Consulting LLC.

International Auditing and Assurance Standards Board. (2025a). *IAASB ISSA 5000 FAQ: International Standard on Sustainability Assurance 5000*. IFAC.

International Auditing and Assurance Standards Board. (2025b). *ISSA 5000 implementation guide*. IFAC.

International Ethics Standards Board for Accountants. (2025). *IESBA staff questions & answers: International Ethics Standards for Sustainability Assurance (IESSA)*.

Kolk, A., & Van Tulder, R. (2010). International business, corporate social responsibility and sustainable development. *International Business Review*, 19(2), 119–125. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2009.12.003>

KPMG International. (2023). *The crackdown on greenwashing: Why it matters and managing your organization's risk*.

KPMG International. (2025). *Get ready for ISSA 5000: An enhanced assurance standard for sustainability reporting*.

Lai, A., & Stacchezzini, R. (2021). Organisational and professional challenges amid the evolution of sustainability reporting: A theoretical framework and an agenda for future research. *Meditari Accountancy Research*, 29(3), 405–429. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2021-1199>

Maio, B. (2024, July 5). ESG: Um fator diferenciador no Século XXI. *Revista Sustentável*.

Pizzi, S., Venturelli, A., & Caputo, F. (2024). Restoring trust in sustainability reporting: The enabling role of the external assurance. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 68, Article 101437. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2024.101437>

PwC. (2025, March 28). *Insights from the first 100 CSRD reports*.

PwC Brasil. (2024). *Panorama atual da implementação do International Sustainability Standards Board (ISSB) no Brasil*.

Torres, J. (2025, February 27). *Iniciativa “Omnibus” da UE*. KPMG Portugal.

Tuzzo, S. A., & Braga, C. F. (2016). O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: O metafenômeno como gênese. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 4(5), 140–158.

Venter, E. R., & Krasodomska, J. (2024). Research on extended external reporting assurance: An update on recent developments. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 35, 390–428. <https://doi.org/10.1111/jifm.12200>

Vilelas, J. (2009). *Investigação: O processo de construção do conhecimento*. Edições Sílabo.

Wan, G., & Li, C. (2025). The green factor: How ESG performance enhances accounting information quality in China's listed companies. *Total Quality Management & Business Excellence*, 36(7–8), 811–838. <https://doi.org/10.1080/14783363.2025.2480384>

Yin, R. K. (2009). Mixed methods research: Are the methods genuinely integrated or merely parallel? *Research in the Schools*, 13(1), 41–48.

